

# OS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E SEUS IMPACTOS SOBRE O ESPAÇO AGRÁRIO FLUMINENSE

Grupo de Trabalho de assuntos agrários  
Seções Rio de Janeiro e Niterói

## INTRODUÇÃO

O presente texto é resultado de uma construção coletiva do Grupo de Trabalho de Assuntos Agrários da Associação de Geógrafos Brasileiros (GTA-grária-AGB), seções Niterói e Rio de Janeiro<sup>1</sup>, e surgiu de uma demanda do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para analisar o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do estado do Rio de Janeiro, e seus desdobramentos.

Temos como objetivo analisar a atual situação do espaço agrário fluminense destacando os impactos causados, e que ainda podem vir a ser causados, pelos grandes projetos em andamento no estado. Para tanto, faremos um balanço da agricultura e da política agrária no estado do Rio de Janeiro nas últimas décadas, e uma análise no Plano Estratégico do estado. O Plano Estratégico foi o principal balizador para a elaboração do ZEE.

Considerando dados dos Censos Agropecuários e da Pesquisa Agrícola Municipal (ambos do IBGE) analisaremos a evolução da produção das duas principais culturas comerciais do estado (cana de açúcar e tomate) e três dos principais alimentos da cesta básica brasileira (arroz, feijão e mandioca). A análise do Plano Estratégico do estado, acreditamos, poderá nos dar subsídios para reflexões acerca da importância que vem sendo dada ao campo, em especial ao campesinato fluminense, pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo atual governo do estado em parceria com grandes empresas nacionais e estrangeiras. A partir da leitura do Plano destacamos grandes projetos em andamento (Arco

-----  
1 Estiveram envolvidos no desenvolvimento da pesquisa e na elaboração do texto Débora Mendonça, Eduardo Barcelos, Isabela Pasini, Lara Douettes, Luís Marola, Luiza Chuva, Maycon Berriel, Monica Cox de Britto Pereira, Paulo Alentejano e Saulo Costa.

Metropolitano, COMPERJ, Porto do Açu, Porto de Sepetiba, hidrelétricas de Simplício e Anta e o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado) que têm causado grandes alterações na organização produtiva e na infraestrutura das regiões em que se inserem.

Buscamos assim, contribuir para a discussão de estratégias de ação de resistência ao “rolo compressor” do capitalismo nacional-globalizado, acreditando que não existe modelo de desenvolvimento justo e democrático sem uma reforma agrária que garanta o acesso e a permanência do trabalhador na terra.

## **PLANO ESTRATÉGICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2007 – 2010**

Ao analisar o Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro (2007-2010) ficam evidentes as visões e posturas adotadas pelo atual governo em relação à produção agrícola e ao espaço agrário fluminense. Logo no início do documento, onde é apresentada uma análise situacional e prospectiva, o próprio governador do Estado, Sérgio Cabral, visando aproveitar o momento favorável de visibilidade dos investimentos públicos e privados, e a retomada do Estado enquanto indutor e financiador do desenvolvimento econômico, vaticina que “Isso deve se dar de maneira distribuída em todo o território, principalmente no sentido das vocações regionais, como, por exemplo, as áreas de celulose e etanol no Norte e Noroeste fluminense”. É com essa perspectiva, na ênfase de aquecer futuros e velhos “potenciais” da economia fluminense, tais como reservas de petróleo e belezas e riquezas naturais, que o poder executivo estadual balizará, segundo o Plano, as ações consideradas estratégicas para o desenvolvimento agrícola e das áreas rurais do Estado. Baseado em “vocações regionais” o Estado do Rio de Janeiro já possui uma simplória divisão territorial do trabalho, mas também uma divisão simultânea de recursos, interesses, projetos e intencionalidades.

Ao longo do documento algumas tendências são avaliadas, nas quais se destacam:

- ° a reconfiguração econômica espacial;
- ° a interiorização do desenvolvimento;
- ° a ampliação do agronegócio;
- ° a desconcentração industrial e a constituição de novos pólos de dinamismo econômico.

Percebe-se que o foco desta proposta de desenvolvimento é a articulação do poder público com grandes investidores nacionais e internacionais, com o

apoio de bancos públicos federais, forjando um “projeto estratégico” apresentado no Plano, pautado em interesses muitas das vezes externos à realidade fluminense. Este entendimento sobre o Estado e seus investimentos reflete políticas que estão diretamente ligadas aos interesses do grande capital e não reflete as reais necessidades do bem estar público, como o que ocorre no Estado do Rio de Janeiro, segundo descrito neste Plano Estratégico.

Favelização progressiva e ocupação desordenada montam os grandes gargalos existentes, reflexos também da grande concentração populacional de 96% em áreas urbanas, o que não exclui os problemas rurais, com pouca viabilidade a partir das políticas públicas de produção e diversificação da agricultura familiar. A oferta de recursos hídricos, demandada em grande parte pelos produtores industriais dos grandes pólos petroquímicos consolida por outro lado o quadro de complexos problemas e demandas econômicas e sociais que o Rio de Janeiro atravessa.

Saídas são apontadas no Plano Estratégico, que se baseiam numa reconfiguração econômica espacial a partir da intensificação da interiorização do desenvolvimento, desconcentração industrial e construção de novos pólos de dinamismo econômico. A questão que se coloca é como interiorizar o “desenvolvimento” fluminense para regiões que, mesmo sem projetos de grande envergadura já atravessam quadros críticos de descontrole e falta de gestão pública e social? Com a chegada de novos investimentos, novos problemas serão gerados nessas regiões e os problemas anteriores serão ainda mais evidentes.

Com relação à estratégia do governo, são apontados alguns legados e programas prioritários à sociedade, baseadas em realizações do governo estadual para a reconstrução da gestão pública e a retomada do Estado na promoção do desenvolvimento. Os principais focos dessa realização são a reconquista da segurança pública e da cidadania, e a articulação e promoção de investimentos. De forma a complementar tais realizações o plano elenca oito grandes entregas à sociedade fluminense, das quais destacamos três que julgamos afetar diretamente os produtores agrícolas do Estado:

1. expansão e melhoria da infra-estrutura e logística de transportes, com destaque para a implantação do Arco Metropolitano;
2. crescimento econômico diversificado e geograficamente equilibrado;
- e
3. recuperação dos grandes passivos ambientais do Estado.

A urgência da melhoria da infra-estrutura de transporte ocorre tanto na região metropolitana como em regiões mais afastadas do centro econômico para viabilizar, principalmente, o escoamento de alimentos oriundos da peque-

na agricultura e da agricultura familiar. A preocupação com a diversificação e o equilíbrio geográfico das atividades econômicas nos parece ser apenas retórica, já que a visão que norteia a planificação do desenvolvimento estadual é pautada no estímulo às “vocações regionais”. O equilíbrio geográfico proposto pelo plano é segundo equiparação de regiões, desvalorizando as demandas locais e regionais. E ainda, a promoção das políticas ambientais de proteção e recuperação de biomas e ecossistemas não se aproxima de uma prática agrícola integrada e sustentável, ficando limitada ao incentivo para a produção de “biocombustíveis” (agrocombustíveis) e “reflorestamento” (monocultura industrial de árvores), com foco na indústria.

Destacamos que a idéia de “vocação regional” aparece para regionalizar os investimentos nas áreas que historicamente foram “esquecidas” no processo de desenvolvimento, mas que, diante de suas “aptidões” e “potenciais”, normalmente naturais, precisam ser reintroduzidas na linha de tendência dos investimentos e interesses dos grandes projetos. Afinal, interiorizar uma concepção de futuro baseada na proposta da integração econômica é o primeiro passo para atrair novos atores econômicos e, portanto, novos interesses. Os investimentos nas áreas vocacionadas assim parece criar um novo ordenamento territorial para o Estado e uma proposta de zoneamento dos investimentos, onde o interior aparece acoplado aos ritmos da expansão dos projetos e da visão estratégica do Estado.

O legado do governo e as entregas prioritárias para a sociedade são os resultados que se espera alcançar ao final dos quatro anos de mandato. O plano lista nove Áreas de Resultado da Estratégia do governo (entre segurança, saúde, desenvolvimento social e econômico, cultura, esporte, etc), e em apenas uma delas o espaço agrário fluminense é citado. Sendo tratadas de forma específica apenas no que tange à questão da sustentabilidade ambiental, as áreas rurais fluminense poderão sofrer intervenções para recuperar passivos ambientais visando tanto o turismo como a produção de agrocombustíveis, mas também a produção de madeira plantada em escala nunca antes vista. Para isso, é esperado também como resultado do plano um aumento da agilidade e efetividade dos licenciamentos ambientais. Em nenhum momento o plano se refere à pequena produção agrícola ou trabalho familiar, sendo atividades desconsideradas para as políticas de sustentabilidade ambiental – que não são assistidas em suas necessidades e pela política pública - em favor da grande agricultura para a produção de combustíveis. Já defendemos, e insistimos, que uma reforma agrária pautada em princípios agroecológicos pode ser um dos principais indutores de uma política ambiental e socialmente sustentável, que gere alternativa de renda,

distribua riqueza e alimentos saudáveis, preservando e recuperando os principais biomas brasileiros.

Além destes direcionamentos, a estratégia específica levou em conta indicações de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de entrevistas com 104 participantes. Nessa pesquisa, os principais aspectos de estratégia apontados pelos entrevistados foram a criação e aperfeiçoamento de infra-estrutura e serviços públicos e apoio à cadeia de negócios. Outro insumo relevante para o estabelecimento de premissas foi uma oficina com especialistas que destacou duas questões: a redução na ênfase em incentivos fiscais e a redução dos custos de transação aos investimentos.

Com relação aos incentivos fiscais, o Plano defende que este não é o instrumento mais adequado de atração de investimentos e está perdendo relevância para outros fatores e sustenta que devem ser transparentes e criados por estratégias de governo, não por demandas de empresas.

A nova estratégia de promoção de investimentos do Estado do Rio de Janeiro está baseada no mapeamento e apoio a setores considerados estratégicos de acordo com a perspectiva das “vocações regionais”. Tal priorização de “fatores estruturais” pode ser interpretada como uma medida de limitação do foco de investimentos e auxílio às atividades econômicas diversificadas, restringindo a pluralidade econômica das regiões fluminenses em função das “vocações regionais”, discurso muito utilizado em tempos de maior inserção do país na economia global. Cristaliza-se assim uma divisão territorial do trabalho limitada.

No sentido empregado pelas “vocações”, o que está em jogo é o processo combinado de especialização da matriz produtiva e econômica das regiões do Estado e o fortalecimento das cadeias produtivas que já estão integradas em circuitos econômicos mais dilatados, quais sejam os mercados nacionais e internacionais. As recomendações de estudos como o Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Rio de Janeiro elaborado pela COPPE/UFRJ são fundamentais neste processo.

Para a realização do plano foram elencados mais de quarenta projetos estratégicos, sendo treze considerados estruturantes, entre eles, o Arco Metropolitano e o saneamento das bacias da Baía de Guanabara. Mais uma vez fica evidente a visão limitada do poder público no que se refere ao espaço agrário fluminense, apenas um projeto é direcionado diretamente à agricultura familiar e limitado a somente uma região específica do Estado: o projeto “Rio Rural” ou Projeto Microbacias financiado pelo GEF-Bird (Fundo Global de Meio Ambiente do Banco Mundial).

A população beneficiada por este projeto estratégico serão os agriculto-

res familiares do Norte e Noroeste Fluminense. O objetivo do projeto é promover a autogestão sustentável de bacias hidrográficas por comunidades rurais, provendo incentivos à adoção de práticas de manejo sustentável de recursos naturais e contribuindo para a redução das ameaças à biodiversidade, a reversão do processo de degradação de terras e o aumento dos estoques de carbono na Mata Atlântica. Este projeto, da maneira como foi concebido se alinha aos objetivos de promover o reflorestamento de áreas degradadas com o plantio de eucalipto, tanto para obtenção de créditos no mercado de carbono como para a produção de celulose. A área reservada para tal projeto já vem sofrendo com a entrada de empresas dessa natureza, que vêm expandindo suas plantações de eucalipto para além das divisas dos estados vizinhos do Espírito Santo e Minas Gerais.

Deste modo, o que fica realmente nítido é que estamos diante de um novo padrão de investimentos que busca na interiorização do desenvolvimento as “condições ótimas” para a integração econômica jamais vista no estado. As cadeias produtivas que (des)aquecem as economias regionais, certamente serão integradas e reordenadas aos objetivos do novo “projeto estratégico”.

Destaca-se que o porte e a natureza dos empreendimentos planejados pelo Estado (Ver Quadro 1 em Anexo) só terão condições e viabilidade econômica, se o fluxo de mercadorias, produtos e serviços forem emplacados na concepção de “economias de escala”, onde a matriz tecnológica e produtiva se alinham na direção das especializações econômicas e na uniformidade dos processos de produção, ou seja atingem setores da economia de amplo porte instalado e de investimentos.

O sentido da reestruturação produtiva em curso no Rio de Janeiro é transformar o nosso estado em uma das principais plataformas de beneficiamento (processo industrial que agrega o mínimo de valor a matérias primas, necessário a sua comercialização) e exportação de Commodities do país (produtos primários negociados no mercado internacional. No caso do Rio de Janeiro, petróleo, minério de Ferro, celulose e etanol). E pretende, ao mesmo tempo, reorganizar a cidade do Rio de Janeiro para que ela possa ser vendida ao mundo como um centro especializado em serviço de alto valor agregado (no caso: Turismo, Gestão de Negócios e Inovação). (MESENTIER, 2010: 2)

Mesentier destaca como principais vetores desta reorganização a construção do Arco Metropolitano que irá ligar o Porto de Sepetiba ao pólo petro-

químico de Itaboraí, a reforma do Galeão (para sua posterior privatização), a duplicação da Rio-Santos, a reativação de ferrovias que ligam o conjunto de Portos com a malha ferroviária em funcionamento e a construção do trem bala que irá ligar o Rio de Janeiro a São Paulo, mudando todo o funcionamento do Centro do Rio.

Trata-se, portanto de um novo ordenamento territorial e econômico que justifica o “estratégico” na concepção do Plano, qual seja integrar as regiões e suas “vocações” num projeto único de futuro, potencializando o desenvolvimento em escalas jamais vistas. E neste processo, a agricultura familiar e a própria produção diversificada de alimentos se vêem diante de uma enorme bifurcação, sobretudo pelas intenções de estimular a produção de agrocombustíveis e celulose de eucalipto que, diga-se de passagem, são projetos que excluem a categoria alimento de seus objetivos, uma vez que são direcionadas aos mega-empresendimentos.

A população fluminense vem sendo afetada por essa política que favorece os Grandes Projetos, a qual beneficia uma parca minoria e o grande capital nacional e transnacional e como veremos a seguir impacta fortemente o espaço agrário Fluminense, sobretudo no que diz respeito à segurança alimentar e a política de reforma agrária.

## **UM BREVE BALANÇO DA AGRICULTURA E DA POLÍTICA AGRÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS**

O estado do Rio de Janeiro sofreu nos últimos anos a continuidade do processo de esvaziamento do meio rural, a ampliação da concentração fundiária e a redução da importância da agricultura, seja em relação à produção, à área e, principalmente ao emprego, o que Ribeiro et all. (2002) denominaram desagriculturalização. As tabelas abaixo evidenciam tal processo.

A Tabela 1 revela a redução do número de estabelecimentos e da área dos mesmos entre os Censos de 1985 e 2006, embora com ligeiro aumento entre 1995 e 2006, o que pode ser explicado pela alteração da metodologia da coleta de dados no Censo de 1995/1996<sup>2</sup>. O mesmo pode ser verificado em relação às lavouras e pastagens, embora em maior proporção no caso das lavouras, o

-----  
2 Os Censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 2006 tomaram por base o ano civil, enquanto o Censo de 1995/1996 baseou-se no ano agrícola o que acarreta a necessidade de certos cuidados na comparação entre os dados dos mesmos, pois muitos estabelecimentos de caráter temporário (sobretudo de parceiros e arrendatários) podem não ter sido recenseados em 1995/6. Assim, para efeitos de verificação de uma série histórica a comparação mais adequada se dá entre os Censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 2006.

que deve-se à recente recuperação da produção de cana no estado. Também no caso das matas e florestas ocorre a redução entre 1985 e 2006, com oscilação em 1995/1996, indicando o avanço do desmatamento.

Já no que se refere ao pessoal ocupado o que se verifica é uma queda paulatina após 1985, depois de um crescimento linear entre 1970 e 1985. Vale registrar que entre 1985 e 2006 a queda é superior a 50%, muito superior à redução observada no país no período. Grande parte desta redução pode ser atribuída à crise da produção canavieira, principal cultura estadual na segunda metade do século XX, mas, reflete também a eliminação de estabelecimentos agropecuários e a pecuarização dos restantes.

Finalmente, a Tabela revela que o processo de pecuarização não tem se traduzido em aumento expressivo do efetivo animal e da produção de carne e leite, explicitando o caráter especulativo desta atividade, voltada fundamentalmente para mascarar a improdutividade da terra, evidenciado pela reduzida média de 1,25 bovinos por hectares. A redução no plantel de suínos, caprinos e aves e na produção de ovos reforça a interpretação de enfraquecimento da agropecuária fluminense.

<b>Tabela 1 - Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários – Rio de Janeiro – 1970/2006</b>						
Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
<b>Estabelecimentos</b>	<b>77 428</b>	<b>76 235</b>	<b>77 671</b>	<b>91 280</b>	<b>53 680</b>	<b>58 887</b>
<b>Área total (ha)</b>	<b>3 316 063</b>	<b>3 446 176</b>	<b>3 181 385</b>	<b>3 264 149</b>	<b>2 416 305</b>	<b>2 629 365</b>
<b>Utilização das terras (ha)</b>						
Lavouras (1)	629 544	617 545	601 413	624 699	337 241	604 005
Pastagens (2)	1 724 069	1 859 038	1 744 614	1 757 106	1 545 123	1 605 959
Matas e florestas (3)	483 117	522 540	453 105	502 846	348 986	362 531
<b>Pessoal ocupado (4)</b>	<b>245 649</b>	<b>278 564</b>	<b>301 688</b>	<b>321 912</b>	<b>174 274</b>	<b>157 492</b>
<b>Tratores</b>	<b>3 848</b>	<b>5 897</b>	<b>9 070</b>	<b>9 822</b>	<b>8 796</b>	<b>7 628</b>
<b>Efetivo de animais</b>						
Bovinos	1 193 064	1 658 534	1 745 152	1 788 180	1 813 743	2 003 852
Bubalinos	483	1 408	1 986	3 087	3 485	3 556
Caprinos	13 404	14 190	18 391	22 124	13 452	15 816
Ovinos	10 851	13 139	15 875	21 019	18 698	44 074
Suínos	159 176	260 038	281 631	274 893	169 338	113 686
Aves (1.000 cabeças)	9 667	12 249	13 903	10 180	21 256	8 055
<b>Produção animal</b>						
Produção leite vaca (1 000 l)	277 011	362 816	452 435	424 191	434 719	476 257
Produção leite cabra (1 000 l)	-	104	271	743	848	875
Produção de lã (t)	-	0	-	-	2	2
Produção ovos de galinha (1 000 dúzias)	25 090	34 041	34 667	28 845	18 717	7 519

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006.

Nota: Lavoura permanente somente foi pesquisada a área colhida para os produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006.

(1) Lavouras permanentes, temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte.

(2) Pastagens naturais, plantadas (degradadas e em boas condições).

(3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais, florestas com essências florestais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

(4) Em 1995-1996 o pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor que trabalhavam no estabelecimento e recebiam salários foram incluídas como empregados contratados sem laço de parentesco com o produtor.



Já os dados da Tabela 2 são eloqüentes na caracterização da crise da agricultura fluminense, pois, em termos de produção houve redução em todas as lavouras entre 1985 e 2006, com exceção do tomate e da mandioca.

**Tabela 2 – Produção, área colhida e rendimento das principais lavouras, segundo os Censos Agropecuários – Estado do Rio de Janeiro – 1985-1995/6**

Lavouras	Produção (t)			Área colhida (ha)			Rendimentos (kg/ha)		
	1985	1995/6	2006	1985	1995/6	2006	1985	1995/6	2006
Arroz em casca	85.200	17.248	9.221	41.715	10.548	2.684	2.042	1.635	3.435
Cana-de-açúcar	8.030.833	5.709.830	6.835.315	183.220	136.693	151.816	43.832	41.771	45.023
Feijão em grão	9.184	4.606	5.586	18.526	11.515	6.390	496	400	874
Mandioca	128.011	40.465	152.611	17.771	6.197	10.167	7.203	6.530	15.010
Milho	75.385	33.651	25.786	58.635	23.741	10.891	1.286	1.393	2.367
Tomate	83.248	99.695	212.631	4.513	5.819	2.289	18.446	17.133	92.892
Café	17.282	9.398	15.876	16.657	12.102	13.702	1.037	777	1.158
Banana*	28.058	8.280	163	31.779	7.069	23.812	883	1.136	6
Laranja**	1.863.017	252.882	68.228	29.723	6.511	5.250	62.679	38.839	12.995

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985 e 1995/96 e Pesquisa Agrícola Municipal 2006.

\* Produção em Mil Cachos e Rendimentos em Cachos por Hectares

\*\* Produção em Mil Frutos e Rendimentos em Frutos por Hectares

Analisemos mais detidamente este quadro da desagregualização do estado do Rio de Janeiro, a partir da comparação de cinco produtos: cana, tomate (principais culturas comerciais do estado) e arroz, feijão e mandioca (principais culturas alimentares).

## A DESAGRICULTURALIZAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A principal cultura agrícola realizada no estado do Rio de Janeiro, a cana-de-açúcar, não escapou ao processo de regressão da agricultura no estado verificado ao longo das três últimas décadas, em que pese relativa recuperação verificada nos últimos anos.

A área plantada de cana no Brasil cresceu 12% entre 1990 e 2000 e 73% entre 2000 e 2009, num total de 103,2% entre 1990 e 2009. Já no Rio de Janeiro houve uma redução de 34,7% entre 1990 e 2009. A região Norte Fluminense que tradicionalmente concentra a produção de cana no estado (90,1% em 1990 e 88,1% em 2009), apresentou queda de 36,2% na área plantada entre 1990 e 2009.

Em Campos dos Goytacazes, município com maior área plantada do estado do Rio e segundo do Brasil, a queda foi ainda maior, da ordem de 37%, de forma que a participação de Campos no total da produção estadual se reduziu de 56,7% em 1990 para 54% em 2009.

No que se refere à área colhida o quadro é praticamente o mesmo da área

plantada, embora seja digno de registro que em 1990 a área plantada no estado e no Norte Fluminense era ligeiramente superior à colhida, o que já não ocorria nesta época em Campos e vai se repetir em 2009 também no estado e na região, isto é, a igualdade entre área plantada e área colhida.

A produção de cana no Brasil cresceu 24% entre 1990 e 2000 e 103% entre 2000 e 2009, num total de 155% entre 1990 e 2009. Já no Rio de Janeiro houve crescimento de 27% entre 1990 e 2000 e redução de 7% entre 2000 e 2009, resultando num crescimento de apenas 16,3% entre 1990 e 2009. A região Norte Fluminense que tradicionalmente concentra a produção de cana no estado (83,6% em 1990 e 88,5% em 2009), apresentou crescimento de 40% entre 1990 e 2000 e queda de 10% na produção entre 2000 e 2009, resultando entre 1990 e 2009 num aumento de apenas 23%.

Em Campos dos Goytacazes, maior município produtor do estado do Rio, houve crescimento de 41% entre 1990 e 2000 e redução de 11% entre 2000 e 2009, resultando em crescimento de apenas 26% no período 1990-2009. Assim, a participação de Campos na produção estadual de cana elevou-se de 52% em 1990 para 58% em 2000, mas recuou para 56% em 2009.

**Tabela 3 - Cana-de-açúcar – Área Plantada e Colhida e Quantidade Produzida – 1990/2009**

	Área Plantada (ha)		Área Colhida (ha)		Quantidade Produzida (t)	
	1990	2009	1990	2009	1990	2009
<b>Brasil</b>	4.322.299	8.783.426	4.272.602	8.514.365	262.674.150	671.394.957
<b>Rio de Janeiro</b>	206.786	135.130	204.802	135.130	5.574.696	6.481.715
<b>Norte Fluminense</b>	186.520	119.005	184.880	119.005	4.658.065	5.735.365
<b>Campos dos Goytacazes</b>	116.100	73.030	116.100	73.030	2.902.500	3.651.480

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A retomada da produção de cana-de-açúcar foi objeto nos últimos anos de seguidas notícias, sobretudo na imprensa da região Norte, onde essa cultura é historicamente dominante, apontando investimentos novos de grupos locais e valorização das terras em função do interesse de investidores nacionais e estrangeiros.

Reportagem do Jornal Monitor Campista de 07/08/06 informa acerca da instalação de uma nova usina de cana-de-açúcar, do Grupo Benco, em Bom Jesus do Itabapoana, investimento inicial de R\$ 120 milhões, 5 mil empregos diretos e indiretos e produção anual de 1 milhão de toneladas de cana. Outra reportagem, esta do Jornal Valor Econômico de 01/06/07, denominada “Cana faz preço da terra superar nível dos “anos da soja” no país” aponta um aumento do preço da terra no estado do Rio de Janeiro (atribuído diretamente à cana) da ordem de 26% entre julho de 2006 e julho de 2007, mais que o dobro da média nacional que foi de 11,64%. Uma terceira reportagem, de 17/06/07,

aponta um crescimento do preço da terra em Campos da ordem de 46%, atingindo R\$ 80 mil o alqueire, além do interesse de grandes investidores/especuladores como Naji Nahas, Armínio Fraga, Jorge Paulo Lehman, Daniel Dantas e Gustavo Franco, sendo muitos deles representantes de fundos estrangeiros. A mesma reportagem informa que a prefeitura de Campos, através dos royalties do petróleo, criou o Fundecana para fomentar a produção no município e já foram liberados R\$ 5 milhões para 12 produtores rurais, dos 210 inscritos. Finalmente, reportagem do Jornal do Brasil de 13/11/07 prevê o aumento do número de Usinas no estado do Rio de Janeiro das atuais 8 para 23, com a produção passando de 9 milhões de toneladas para 15 milhões em seis anos.

Por outro lado, episódios recentes apontam na direção contrária, isto é, indicam uma nova onda de crise no setor sucroalcooleiro, uma vez que em 2010 duas usinas do grupo Othon (Barcelos e Cupim) faliram, a Usina Sapucaia fechou e a usina Santa Cruz, pertencente à Companhia Brasileira de Açúcar e Alcool, do Grupo J. Pessoa, de propriedade do maior usineiro do país, o notório José Pessoa de Queiroz Bisneto, que fora arrendada há 5 anos, foi desativada.

Assim, o que se evidencia é um quadro geral de crise na principal lavoura estadual, com efetiva redução da área plantada quando consideramos o período 1990-2009, o que reforça a tese da desagregualização.

O segundo produto agrícola mais importante do estado do Rio atualmente é o tomate e a análise referente à produção deste também aponta para uma redução na área plantada, mas indica um aumento na quantidade produzida, o que significa dizer que houve um aumento de produtividade nesta cultura.

Em 1990 havia 3.023 ha plantados no estado, resultando numa produção de 142.214 toneladas, ao passo que em 2009 a área plantada caiu para 2.798 ha, mas a produção atingiu 216.297 toneladas. Assim, a produtividade subiu de 47t/ha para 77t/ha, um aumento bastante expressivo.

A participação da produção fluminense de tomate em relação à brasileira decresceu, pois o Rio tinha 4,9 da área em 1990 e caiu para 4,1% em 2009 e a produção que era de 6,3% caiu para 5% em 2009. Porém, em relação ao Sudeste houve crescimento na área de 11,8 em 1990 para 12,3% em 2009 e na produção de 13% em 1990 para 13,9 % em 2009.

Do ponto de vista da distribuição regional da produção, tanto em relação à área plantada quanto à produção, a região Metropolitana do RJ (RMRJ) liderava em 1990, posto que passa a ser ocupado pelo Noroeste Fluminense em 2009, concentrando 46,8% das área e 50,9% da produção. Vale dizer que a RMRJ ocupa hoje apenas o terceiro lugar em termos de área plantada e produção, tendo sido ultrapassada também pelo Norte Fluminense.

O principal município produtor em 1990 era Paty do Alferes, seguido por Cambuci, tanto em termos de área quanto de produção, mas em 2009, as maiores áreas plantadas encontravam-se em Cambuci e São José do Ubá, ambos com 400 ha. Já em termos de produção, Cambuci superava Ubá, com 36 mil contra 32 mil toneladas.

**Tabela 4 - Área Plantada e Quantidade Produzida de Tomate – 1990-2009**

	<i>Área Plantada (ha)</i>		<i>Quantidade Produzida (t)</i>	
	1990	2009	1990	2009
<b>Brasil</b>	61.533	67.690	2.260.871	4.310.477
<b>Rio de Janeiro</b>	3.023	2.798	142.214	216.297
<b>Noroeste Fluminense</b>	780	1.310	39.578	110.100
<b>Norte Fluminense</b>	185	55	7.304	2.386
<b>Centro Fluminense</b>	819	816	34.154	53.515
<b>Baixas Litorâneas</b>	-	-	-	-
<b>Sul Fluminense</b>	69	25	2.859	1.256
<b>Metropolitana do Rio de Janeiro</b>	1.170	592	58.319	49.040

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE

Se o quadro em relação à cana e ao tomate pode ser considerado controverso, haja vista que a produção aumentou, apesar da redução da área ocupada por estas culturas, quando analisamos as culturas alimentares como arroz, feijão e mandioca não resta qualquer dúvida quanto à desagriculturalização.

No caso do arroz, o estado do Rio de Janeiro é responsável por apenas 2,8% da área plantada e 4% da produção da região Sudeste e por apenas 0,08% da área plantada e 0,06% da produção nacional. A área plantada de arroz caiu de 23.390 ha para 2.207 ha entre 1990 e 2009 e a produção reduziu-se de 43.084 t para 7950 t no mesmo período, isto é a área plantada caiu 10 vezes e a produção diminuiu 6 vezes.

**Tabela 5 - Área Plantada e Quantidade Produzida de Arroz – 1990-2009**

	<i>Área Plantada (ha)</i>		<i>Quantidade Produzida (T)</i>	
	1990	2009	1990	2009
<b>Brasil</b>	4.158.547	2.905.202	7.420.931	12.651.774
<b>Rio de Janeiro</b>	23.390	2.207	43.084	7.950
<b>Noroeste Fluminense</b>	13.272	1.810	17.040	6.555
<b>Norte Fluminense</b>	3.732	314	8.869	1.168
<b>Centro Fluminense</b>	1.012	53	1.745	155
<b>Baixas Litorâneas</b>	2.799	-	11.128	-
<b>Sul Fluminense</b>	971	2	1.786	2
<b>Metropolitana do Rio de Janeiro</b>	1.604	28	2.516	70

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

Dentre as Mesorregiões do Estado do Rio de Janeiro, o Noroeste Fluminense concentra a produção de arroz, com 82,5% da produção e 82% da área plantada. Chama atenção o caso das Baixadas Litorâneas que tinha 12% da área plantada e 26% da produção em 1990 e hoje não tem mais qualquer plantio de arroz.

Quanto ao feijão a área plantada em relação ao Sudeste era de 1,5% em 1990 e caiu para 0,86% em 2009 e em relação ao conjunto do país era de 0,3% em 1990 e caiu para 0,12%. No que diz respeito à produção, a queda foi ainda maior, pois a participação na produção da região Sudeste caiu de 1,6% em 1990 para 0,53% em 2009 e em relação ao conjunto do país caiu de 0,46% em 1990 para 0,14% em 2009.

Em números absolutos, a área plantada com feijão no estado cai de 15.601 ha em 1990 para 5.181 há em 2009, enquanto que a produção recua de 10273 t em 1990 para 4.853 t em 2009, isto é, a área plantada sofre redução de 66,8% e a produção de 42,8%.

Na produção de feijão, a Mesorregião que se destaca em 2009 é o Noroeste Fluminense, com 40,5% da área plantada e 38,2% da quantidade produzida, seguido pelo Centro Fluminense, com 21,7% da área e 22,9% produção. Isto representa uma mudança em relação a 1990, quando o Centro e o Norte Fluminense eram as duas principais regiões produtoras de feijão no estado do Rio.

**Tabela 6 - Área Plantada e Quantidade Produzida de Feijão – 1990-2009**

	<i>Área Plantada (ha)</i>		<i>Quantidade Produzida (t)</i>	
	1990	2009	1990	2009
<b>Brasil</b>	5.304.267	4.277.674	2.234.467	3.486.763
<b>Rio de Janeiro</b>	15.601	5.181	10.273	4.853
<b>Noroeste Fluminense</b>	3.328	2.097	1.660	1.854
<b>Norte Fluminense</b>	3.564	944	2.547	903
<b>Centro Fluminense</b>	3.836	1.126	2.612	1.109
<b>Baixadas Litorâneas</b>	1.290	240	1.144	245
<b>Sul Fluminense</b>	2.192	548	1.458	514
<b>Metropolitana do Rio de Janeiro</b>	1.391	226	852	228

Fonte: IBGE – Pesquisa Agrícola Municipal

A análise acerca da produção de mandioca no estado do Rio de Janeiro aponta um total de 195.216 toneladas produzidas em 12.313 ha no ano de 1990, contra 130.564 toneladas em 9.539 ha no ano de 2009, o que significa uma redução de 33,2% na produção e 22,6% na área plantada. A maior parte da produção estadual em 1990 se concentrava na Região Norte Fluminense

(36,3% do total) e secundariamente na Região Metropolitana (34,8% do total). Já no que se refere à área plantada a Região Metropolitana destacava-se com 39,5% do total, seguido do Norte Fluminense com 30,1% do total. Em 2009, por sua vez, a Região Metropolitana concentrava 42,8% do total da produção e a participação da Região Norte caiu para 35% do total, ao passo que em relação à área plantada a RMRJ concentrava 42,4% e o Norte Fluminense 35,7%.

Os dois principais municípios produtores de mandioca no estado do Rio são a capital Rio de Janeiro e São Francisco de Itabapoana, respectivamente com 13,7% e 18,7% da área plantada e 16,1% e 17,9% da quantidade produzida em 2009<sup>3</sup>.

**Tabela 7 - Área Plantada e Quantidade Produzida de Mandioca – 1990-2009**

	Área Plantada (ha)		Quantidade Produzida (t)	
	1990	2009	1990	2009
<b>Brasil</b>	1.975.643	1.796.966	24.322.133	24.403.981
<b>Rio de Janeiro</b>	12.313	9.539	195.216	130.564
<b>Noroeste Fluminense</b>	89	115	1.173	1.580
<b>Norte Fluminense</b>	3.702	3.404	70.894	45.732
<b>Centro Fluminense</b>	360	621	5.077	11.061
<b>Baixadas Litorâneas</b>	2.232	1.092	33.970	12.727
<b>Sul Fluminense</b>	1.061	261	16.115	3.537
<b>Metropolitana do Rio de Janeiro</b>	4.869	4.046	67.987	55.927

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal/IBGE

O que estes dados sobre a produção agrícola no Rio revelam é a insegurança alimentar crescente da população fluminense, cada vez mais dependente da importação dos alimentos básicos de outros estados ou países, o que é resultado de um modelo agrário concentrado no latifúndio improdutivo e de um modelo de urbanização concentrador de gente e miséria nas periferias urbanas, não só da RMRJ, mas hoje também das médias cidades do interior fluminense.

## **OS CONFLITOS PELA TERRA E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO RIO DE JANEIRO**

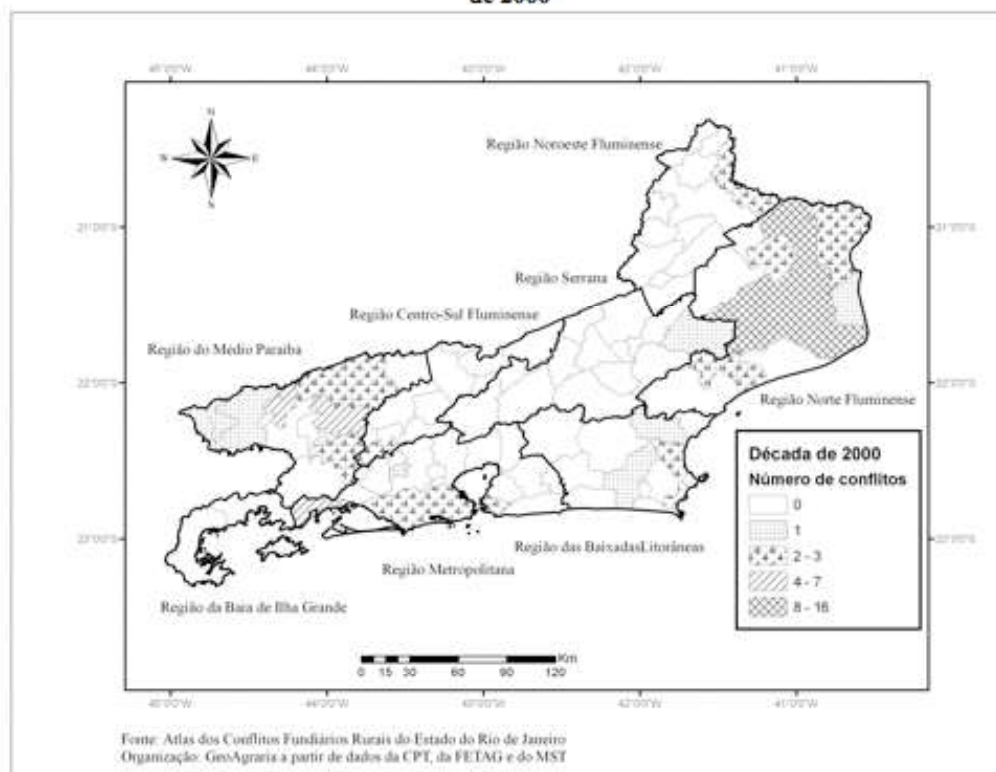
A análise dos conflitos pela terra no Rio de Janeiro a partir de meados do século XX indica a existência de duas fases distintas: a) nas décadas de 1950 a 1970 predominam processos de expulsão de trabalhadores da terra, em função

-----  
<sup>3</sup> Na série histórica da PAM é São João da Barra que aparece na liderança em 1990, mas isto se explica porque a emancipação de São Francisco só aconteceu em meados dos anos 1990. Na realidade a produção de mandioca do antigo município de São João da Barra concentrava-se na área correspondente hoje ao município de São Francisco.

da expansão urbana da metrópole carioca que se reflete na ocupação das áreas das Baixadas da Guanabara e de Sepetiba anteriormente destinadas à agricultura; e aos processos de valorização das terras das regiões das Baixadas Litorâneas e da Baía da Ilha Grande, em função das atividades ligadas ao turismo, amplamente facilitadas pela construção de grandes obras viárias como a Ponte Rio-Niterói e a BR-101, seja no sentido Sul (Rio-Santos), seja no sentido Norte (Rio-Campos) e também da criação de unidades de conservação<sup>4</sup>; trata-se, portanto, de conflitos em que os trabalhadores tentam resistir ao avanço do capital imobiliário sobre suas terras; b) nas décadas de 1980 a 2000 predominam os conflitos decorrentes de ocupações de terra, seja nos anos 1980 nas Baixadas da Guanabara e Sepetiba, resultante da ação de grupos de trabalhadores desempregados, subempregados e mal aposentados residentes no Grande Rio que buscam na ocupação das terras semi-abandonadas da franja metropolitana a solução para o problema de moradia e alimentação; seja nas décadas de 1990 e 2000, resultante das ações capitaneadas pelos Movimentos Sociais Rurais, em especial o MST, que se aproveitam, sobretudo, das falências no setor sucroalcooleiro do estado, para empreender ocupações nas terras das usinas, através da mobilização dos antigos trabalhadores, muitos dos quais haviam ficado desempregados e sem receber seus direitos trabalhistas; é em função disso que nos últimos anos, o Norte Fluminense foi o principal palco das lutas pela terra no estado do Rio de Janeiro, em especial o município de Campos dos Goytacazes, conforme o mapa abaixo.

-----  
4 A relação entre criação de unidades de conservação e a expulsão de trabalhadores do campo será objeto de análise em textos posteriores.

**Mapa 1 - Número de Conflitos pela Terra no estado do Rio de Janeiro com início na década de 2000**



Fonte: Atlas dos Conflitos Fundiários Rurais do Estado do Rio de Janeiro – GeoAgrária/FFP/UERJ – 2009.

Já a análise da política de reforma agrária levada a cabo pelo Incra-RJ nos últimos anos revela a conivência do órgão com a perpetuação da concentração fundiária e da improdutividade das terras no estado. A análise das Metas previstas no Plano Regional de Reforma Agrária (PRRA-RJ), comparadas com o que foi realizado no período, indica que o total de famílias assentadas ao longo de todo o período 2003-2006, 1344 famílias, não chega a atingir a meta prevista para o ano de 2003 e significa menos de 5% do total previsto. Entretanto, o quadro é ainda pior, pois este dado bruto (1344 famílias) inclui 410 famílias assentadas em antigos assentamentos e 251 famílias assentadas em áreas do governo estadual que foram reconhecidas pelo Incra para fins de liberação de créditos. Assim, apenas 683 famílias (pouco mais da metade do total) foram assentadas em novas áreas obtidas pelo Incra no período.

Há uma gigantesca defasagem entre as metas e o realizado o que indica a fragilidade da política de reforma agrária levada a cabo pelo governo Lula, especialmente, mas não exclusivamente, no Rio de Janeiro. As explicações para tal fato nos remetem a pelo menos três conjuntos de fatores: (1) No plano geral



da política agrária do governo Lula impera uma lógica de concentrar os assentamentos na fronteira amazônica, onde as terras são mais baratas, ou públicas, permitindo assentar um número maior de famílias a custos reduzidos<sup>5</sup>; (2) Na superintendência do Incra do Rio de Janeiro houve forte descontinuidade político-administrativa, com a nomeação de três diferentes superintendentes ao longo dos quatro anos de gestão do primeiro governo Lula, cada um apoiado por uma força política diferente; (3) A desestruturação administrativa e operacional do Incra-RJ jamais foi revertida ao longo de todo este período, com reduzido número de funcionários, um quadro funcional envelhecido e viciado em práticas que mais entravam que fazem avançar as ações previstas no PRRA-RJ.

Durante o período de vigência do II PRRA, foram criados 13 assentamentos. De acordo com o Incra, em 2005 foram criados 7 projetos de assentamento, mas na avaliação dos movimentos sociais, apenas duas destas áreas (Dandara e Celso Daniel) podem ser consideradas efetivamente assentamentos, uma vez que as famílias (213) já estão distribuídas pelos lotes e receberam os primeiros créditos. Nos demais casos já se estende por vários anos a fase de pré-assentamento, ou seja, a terra já está de posse do Incra, mas ainda não houve a distribuição das famílias pela área e a liberação dos primeiros créditos<sup>6</sup>.

O quadro em relação ao ano de 2006 é ainda mais discrepante, pois ao passo que o Incra afirma ter criado 6 projetos de assentamento com capacidade de assentamento de 256 famílias, os movimentos sociais avaliam que nenhuma dessas famílias pode ser considerada efetivamente assentada, uma vez que não receberam créditos nem houve a distribuição oficial pelos lotes.

Assim, enquanto o Incra afirma que criou 13 assentamentos com capacidade para assentar 699 famílias e assentou efetivamente 683, na avaliação dos movimentos sociais rurais somente dois assentamentos podem ser efetivamente considerados como tal e, portanto, apenas 213 famílias teriam sido assentadas ao longo do período.

A comparação da meta de assentamentos previstos no II PRRA com o realizado pelo Incra revela uma expressiva distância entre o projetado e o atingido. Enquanto o II PRRA previa o assentamento de 15 mil famílias no

---

5 Vale dizer que a denominação conceitual mais precisa para designar o assentamento de famílias em terras públicas é colonização, bem como o assentamento em lotes já existentes e que se encontravam vazios é reassentamento e o reconhecimento de famílias que já viviam em áreas de assentamentos estaduais ou de posse é regularização fundiária. Infelizmente, como instrumento de propaganda o governo tem confundido estes números e divulgado-os todos juntos.

6 Em alguns casos as famílias se espalharam pela área por conta própria, sem a realização pelo Incra dos processos de divisão e demarcação dos lotes, sendo, portanto, uma situação provisória e não oficial. Há casos em que a demora está fazendo as famílias desistirem, dadas as dificuldades de sobrevivência.

período, foram assentadas apenas 683, segundo os dados do próprio Incra, o que é inferior ao previsto para o primeiro ano do Plano e corresponde a meros 4,5% da meta. Se tomarmos como base a avaliação dos movimentos sociais rurais o percentual seria ainda mais reduzido: 1,4%. Vale lembrar que nos dois primeiros anos do II PRRA nenhuma família foi assentada no Rio de Janeiro.

O que a análise indica é que persiste a lógica apontada por Fernandes (2000), segundo o qual as intervenções do Incra se dão à reboque da ação dos movimentos sociais rurais. No caso do estado do Rio de Janeiro isto é absolutamente verdadeiro, pois todas os assentamentos criados o foram em áreas ocupadas pelo MST (7 áreas) ou pela FETAG (6 áreas), ao passo que ainda havia, em 31/12/2006, 38 acampamentos com 2012 famílias no estado do Rio de Janeiro, o que representa quase o triplo dos assentamentos criados e das famílias assentadas no período 2003-2006. Vale dizer que 5 destes acampamentos possuem mais de 5 anos, ou seja, são anteriores à própria elaboração do II PRRA.

A comparação entre os dados de assentamentos e acampamentos fornecidos pelo próprio Incra revela uma estranha curiosidade: há 7 áreas incluídas nas duas listas.

O que poderia representar uma incongruência entre os dados indica na realidade uma situação concreta: entre a decretação da criação do Projeto de Assentamento (PA) pelo Incra e sua concretização com a liberação dos primeiros créditos, a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e o parcelamento da área, decorre um longo período, em que, na prática, as famílias permanecem acampadas, embora oficialmente consideradas assentadas. Se estas áreas e famílias fossem abatidas do total de acampamentos passaríamos a ter 31 acampamentos e 1606 famílias acampadas o que representaria, respectivamente, mais que o dobro dos assentamentos criados e das famílias assentadas. Por outro lado, se excluirmos dos dados de assentamento as áreas ainda consideradas como acampamentos pelo próprio Incra teríamos apenas 6 assentamentos criados entre 2003 e 2006 e somente 340 famílias assentadas, o que representaria cerca de 1/6 dos acampamentos e famílias acampadas.

Do ponto de vista da distribuição espacial observamos 12 assentamentos foram criados na região Norte, 3 no Médio Vale do Paraíba, 2 no Noroeste e 1 nas Baixadas Litorâneas.

Ora, o que o conjunto destes dados revela é que o II PRRA não foi efetivado e a reforma agrária não deslanchou no Rio de Janeiro. Os dados relativos às vistorias realizadas durante o período ajudam a compreender alguns dos principais entraves ao avanço da reforma agrária no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro. Do total de 75 vistorias realizadas entre 2003 e 2006 apenas

39% indicaram improdutividade e, portanto, os processos de desapropriação tiveram seguimento, índice inferior ao de vistorias cujo resultado foi produtiva, com o consequente arquivamento do processo. Vale dizer que cerca de 1/3 das vistorias realizadas em 2006 ainda não teve seu resultado concluído.

Apenas 18,7% das vistorias resultaram em decretação da desapropriação, enquanto 40% dos processos foi arquivado, a maioria em função do resultado da vistoria ter dado laudo indicando serem as áreas produtivas. Outros 12% correspondem a áreas que foram descartadas por problemas ambientais ou produtivos ao passo que 18,7% o foram por problemas administrativos, o que indica um elevado número de equívocos na condução do processo pelo Incra. Destaca-se ainda um significativo (5,3%) percentual de áreas cujo processo de desapropriação está entravado por problemas jurídicos.

Porém, o quadro torna-se ainda mais desanimador quando verificamos que apenas 3 assentamentos foram criados a partir das vistorias realizadas, ou seja, meros 4% do total, o que indica a morosidade do Incra em dar continuidade aos processos de desapropriação.

Se a avaliação da reforma agrária no Rio de Janeiro no primeiro mandato do governo Lula aponta para um quadro de paralisia quase absoluta, o cenário do segundo mandato, por incrível que pareça, é ainda pior. Segundo dados do próprio Incra-RJ, em 2007 foram criados apenas 3 assentamentos, com capacidade para 110 famílias e foram assentadas mais 103 famílias em assentamentos antigos, perfazendo um total de 213 famílias. Já em 2008 foram apenas 2 assentamentos com capacidade para 60 famílias e outras 45 assentadas em lotes recuperados em antigos assentamentos. E pior, em 2009 e 2010 não foi criado sequer um assentamento!

**Tabela 8 – Assentamentos criados, famílias assentadas e reassentadas no estado do Rio de Janeiro – 2003-2008**

ANO	Assentamentos Criados	Famílias Assentadas Em Novos PAs		Famílias Assentadas em Antigos PAs*		Total de Famílias Assentadas
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº
2003	0	0	0	205	100	205
2004	0	0	0	154	100	154
2005	7	443	66,6	222	33,4	665
2006	6	270	85,7	45	14,3	315
2007	3	110	51,6	103	48,4	213
2008	2	60	57,1	45	42,9	105
2009	0	0	0	34	100	34
2010	0	0	0	288	100	288
<b>TOTAL</b>	18	883	44,6	1096	55,4	1979

\*Este dado inclui famílias assentadas em lotes vagos de antigos PAs e famílias assentadas em PAs do governo estadual que foram reconhecidos pelo Incra.

Fonte: Incra-RJ.

Ou seja, o ritmo de criação de assentamentos caiu ainda mais em relação aos dois últimos anos do primeiro mandato do governo Lula e o assentamento de famílias em assentamentos antigos voltou a ganhar importância nas ações do Incra, retomando uma tendência do início do primeiro mandato. No cômputo geral são mais famílias assentadas em antigos PAs do que famílias assentadas em PAs criados durante o governo Lula.

Trata-se de inépcia e falta de vontade política em fazer avançar a reforma agrária no estado do Rio de Janeiro.

Assim, ao final dos dois mandatos do governo Lula, a promessa feita pelo presidente no seu primeiro ano de governo de que as famílias acampadas seriam assentadas não foi cumprida. No Rio de Janeiro, havia em 2010 34 acampamentos com 1.484 famílias, quase o mesmo número de famílias assentadas entre 2033 e 3010 e quase o dobro da capacidade dos novos assentamentos criados ao longo do período.

Este quadro revela alguns dos principais entraves ao processo de reforma agrária no Brasil:

1. Os índices de produtividade que remontam aos anos 70 fazem com que muitas áreas vistoriadas sejam dadas como produtivas e, por outro lado, boa parte das que são enquadradas como improdutivas apresentam restrições ambientais e produtivas que levam os técnicos a não recomendar a desapropriação das áreas, o que resulta em um índice de vistorias frustradas superior ao de exitosas. Vale dizer que este quadro vem se agravando, chegando-se a um índice de 87% de vistorias com laudo produtivo em 2005, o que aponta para a o esgotamento das desapropriações no Rio de Janeiro se mantido o quadro atual.
2. Os mecanismos legais que protegem os proprietários de terra contra as desapropriações (como a notificação prévia das vistorias, o direito de contestar judicialmente a desapropriação, etc)<sup>7</sup>, somados à interpretação conservadora dada pelo poder judiciário à legislação, resultam num bloqueio judicial que entrava o avanço da reforma agrária no país. No caso do Rio de Janeiro, num caso extremo, um proprietário impediu a equipe técnica do Incra de realizar a desapropriação e

-----  
7 Interessante notar que estes procedimentos diferem dos que norteiam os processos de desapropriação de terras urbanas, pois neste caso, quando ao poder público interessa a desapropriação de uma área não há necessidade de notificação prévia, nem direito de contestação judicial. Quando uma prefeitura ou governo estadual ou federal decide realizar uma obra e para isso precisa derrubar uma casa ou desapropriar um terreno, ao proprietário só é dado o direito de contestar o valor da indenização, mas não de contestar a desapropriação em si.

a justiça, normalmente ágil para decretar reintegração de posse após ocupações, está há cerca de um ano para ordenar judicialmente a realização da vistoria.

3. A morosidade e a ineficiência do Incra representam obstáculos adicionais, pois a média anual de vistorias no período 2003-2006 foi de apenas 18,75 por ano, ou seja, menos de 2 vistorias por mês. Essa inépcia atingiu seu auge em 2005 quando apenas 8 vistorias foram realizadas durante todo o ano. Este quadro é o resultado do sucateamento material e funcional do órgão, carente de equipamentos, viaturas e pessoal. Revela também os problemas de descontinuidade administrativa, pois durante os quatro anos do primeiro governo Lula, o Incra-RJ teve cinco Superintendentes, sendo dois provisórios, acumulando quase um ano de provisoriedade.

Assim, apesar das inovações conceituais e da alteração do discurso sobre a reforma agrária no governo Lula, o que se observa é a continuidade da lógica herdada dos governos FHC, com respostas pontuais às ações dos movimentos sociais rurais. Na realidade, a limitação da política de assentamentos em estados do Centro-Sul, como o Rio de Janeiro, reflete a decisão política do Governo Lula de não se confrontar com o agronegócio, ao contrário, apoiar seu desenvolvimento.

## CONCLUSÃO

O conjunto dos dados e reflexões apresentados ao longo do presente texto nos permite concluir que o estado do Rio de Janeiro está diante de um novo cenário, marcado pela crescente presença de grandes empresas nacionais e transnacionais, com forte apoio institucional e financeiro estatal, articulado nas diferentes esferas de governo e com as principais organizações empresariais atuantes no estado, com destaque para a Firjan. Este cenário permite a realização de grandes blocos de investimento mediante a criação de novos pólos de desenvolvimento articulados entre si, envolvendo empreendimentos industriais, agroindustriais e obras de infraestrutura e logística.

O que está em andamento é o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento intensivo em capital e energia que gera poucos empregos e promove forte degradação ambiental.

“...enquanto a taxa de crescimento médio do PIB do Estado do Rio de Janeiro nos últimos anos foi de 5,3% ao ano, a taxa de crescimento médio dos empregos no estado do Rio de Janeiro foi menor que 1% ao ano. Percebe-se, claramente, que o nível de emprego não acompanha a taxa de crescimento do PIB. Isso se deve pelo fato desses novos investimentos serem super intensivos em capital e empregarem muito pouco. E, muitas vezes, devido ao nível de qualificação desses empregos, essas vagas não são absorvidas localmente. Outro aspecto importante é que embora a indústria da transformação no Rio de Janeiro responda por 40,8% do PIB, só absorve 10% da força de trabalho.” (MESENTIER, 2010: 4)

Os principais atores sociais e conflitos potenciais, que estes grandes empreendimentos podem causar, foram mapeados pelas empresas, junto a instituições públicas e privadas de pesquisa, numa clara postura de antecipação para evitar problemas. Como estratégia de desmobilização social as empresas procuram resolver individualmente cada questão potencialmente conflituosa, fazendo diagnósticos socioeconômicos e ambientais, para melhor definir sua política de aquisição (compra) de terras e de projetos sociais nas áreas impactadas. Tal postura tem se mostrado eficiente, e se refletiu na nossa dificuldade de identificar e investigar tais conflitos.

A própria política de investimentos do estado brasileiro tem apostado neste cenário, ao reduzir significativamente o orçamento da união para os projetos da reforma agrária. O corte nos recursos do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) para o ano de 2011 chegou próximo dos R\$ 930 milhões, que representam quase 30% do total previsto para o ministério (R\$ 3,3 bilhões). Enquanto que para estabilizar os títulos da dívida pública (pagamento de juros) o governo prevê um gasto de R\$ 117,9 bilhões, recurso que certamente resolveria a questão da concentração fundiária e da democratização da terra.

“(...) O corte de recursos para a reforma agrária pode sinalizar aos ruralistas e grileiros de terras que o governo está rifando a questão agrária como seu objeto de preocupação e dá sinais de que desconhece o potencial das políticas públicas de acesso a terra. Neste sentido, há uma incongruência entre a disposição do governo em erradicar a pobreza e não garantir a segurança alimentar do país. Para que isso ocorra o governo tem que aumentar os recursos e a infraestrutura que sirva à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária. (...) Há uma demanda reprimida de 250 mil famílias acampadas esperando serem assentadas. De

acordo com os cálculos (desapropriação, créditos iniciais, entre outros procedimentos) para assentar uma família custa cerca de R\$ 30 mil. Dessa forma, o Estado teria que disponibilizar um montante de recursos de R\$ 7,5 bilhões para resolver essa demanda imediata” (VIGNA e BICALHO, 2011).

No campo fluminense o que se observa como decorrência disto é a intensificação dos processos de expropriação do campesinato e a paralisia da política de reforma agrária, o que implica o aprofundamento da dependência do estado da importação de alimentos, uma vez que as terras são cada vez mais destinadas à expansão urbano-industrial ou à produção de monoculturas industriais, como o eucalipto para a celulose e a cana-de-açúcar para etanol.

Assim, o desafio para os movimentos que atuam no campo fluminense aparece como redobrado, pois não se trata mais de enfrentar antigos coronéis ou usineiros falidos, mas grandes grupos econômicos com fortes articulações políticas.

## **BIBLIOGRAFIA**

MESENTIER, Allan. *A Estratégia do Capital no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: mimeo, 2010.

RIBEIRO, Ana Maria Motta, PRATA Fº, Dario de Andrade de, PEREIRA, Mônica Cox de Britto & MADEIRA Fº, Wilson. *Laudo multidisciplinar e termo de cooperação técnica para convivência harmoniosa de assentamentos rurais no entorno da Reserva Biológica de Poço das Antas*. Niterói, Silva Jardim e Casemiro de Abreu: UFF/MMA/MDA, 2002.

RIO DE JANEIRO, Governo do Estado. *Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro 2007-2010*. Rio de Janeiro: 2007. Também disponível em: <http://www.planejamento.rj.gov.br>

VIGNA, Edécio & BICALHO, Lucídio. *Reforma Agrária é atingida pelo corte orçamentário*. Brasília: mimeo, 2011.

## ANEXO

Quadro 1: Distribuição espacial dos grandes projetos no Estado do Rio de Janeiro e suas regiões de influência

Nº	PROJETO	LOCALIZAÇÃO
1	Complexo logístico integrado do norte fluminense (Porto do Açú)	São João da Barra
2	Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí.
3	COMPERJ	Região de Influência Direta congrega 7 municípios (Cachoeira de Macacú, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Rio Bonito, São Gonçalo e Janguá). A Região de Influência Ampliada é formada pelos sete municípios da Região de Influência Direta mais os municípios de Casimiro de Abreu, Duque de Caxias, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Rio de Janeiro, Saquarema, Silva Jardim, Teresópolis, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti
4	Complexo logístico e industrial farol - Barra do Furado	Campos e Quissamã
5	Porto de Sepetiba (Itaguaí)	Itaguaí
6	Hidrelétricas Simplicio/Anta	Três Rios, Sapucaia e Além Paraíba